



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE DO DISTRITO FEDERAL
Diretoria de Colegiados

ATA

CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL
CÂMARA TÉCNICA PERMANENTE DE ACESSORAMENTO
MEMÓRIA - 4ª/2020 Reunião CTPA

Data: 28/04/2020

Pauta:

- 1 – Apresentação pela ABHA de proposta para a agência de bacia do DF.
- 2 – Discussão sobre os instrumentos legais para a cobrança no DF e agência de bacia.
- 3 – Informes e assuntos gerais.

Participantes:

Raquel de Carvalho Brostel (ABES/DF), Vandete Inês Maldaner (ADASA), Lígia Silva Viveiros Gurgel (CAESB), Marcos de Lara Maia (EMATER), Patrícia Valls e Silva (SEMA), José Francisco Gonçalves Júnior (UnB), Sérgio Koide (UnB), Eduardo Cyrino de Oliveira Filho (EMBRAPA) e Maria Consolación Udry (CBH-Paranaíba/DF). Participaram como convidados: Thiago Alves do Nascimento (Diretor Presidente da ABHA), a senhora Moema Guimarães de A. Morgado (Gerente Técnica da ABHA) e o senhor Ronaldo Barbosa (Gerente Administrativo Financeiro da ABHA). Participaram como ouvintes: Maricleide Maia Said (SEMA), Márcia Coura (SEMA), Alba Evangelista Ramos (ADASA), Érica Yoshida (ADASA) e Carlo Renan Brites (CAESB), Antonia M. Feitosa (SEMA), Maicon Braúna e Vitor Santos.

Reunião:

1. Apresentação pela Associação Multisetorial de Usuários de Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas - ABHA de proposta para a agência de bacia do DF. A apresentação foi proferida pelo Senhor Thiago Alves do Nascimento (Diretor Presidente da ABHA), a senhora Moema Guimarães de A. Morgado (Gerente Técnica da ABHA) e o senhor Ronaldo Barbosa (Gerente Administrativo Financeiro da ABHA). O senhor Thiago informou que a ABHA iniciou por meio de uma associação de usuários de água da bacia do rio Araguari, em 1996. Lembrou que o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SINGREH foi estabelecido pela Lei 9.433/1997, conhecida como lei das águas. A Lei Federal 10.881/2004 trouxe a possibilidade de organismos privados sem fins lucrativos exercerem funções de Agência de Água, funcionando, na bacia hidrográfica como o braço técnico dos Comitês de Bacias. A área administrativa da ABHA faz a secretaria executiva dos CBHs, tem suporte administrativo e financeiro, cuida da organização e logística de eventos, e também das atividades de comunicação e informação, possui assessoria jurídica, faz a aquisição de bens e serviços/ licitações, faz a prestação de contas, assessora os entes do sistema, entre outras atividades. Na bacia foi criado primeiramente o Comitê da Bacia Hidrográfica do rio Araguari, por meio do Decreto 39.912/1998. Em 2002, a ABHA iniciou formalmente sua atividade como associação executiva do CBH do rio Araguari, onde se começou a trabalhar os instrumentos de gestão, como o plano diretor e a cobrança pelo uso de água na BH do rio Araguari. Em 2010, a ABHA assinou o primeiro contrato de gestão com o Instituto Mineiro de Gestão de Águas - IGAM para exercer a atividade de entidade equiparada na bacia. Em 2012, a ABHA firmou contrato de gestão com a Agência Nacional de Águas - ANA para atuar como secretaria executiva do CBH Paranaíba e, em 2018, prorrogou contrato com a ANA para atuar como Agência de Bacia do CBH Paranaíba até 2023.

2. Sobre a estrutura funcional o apresentador esclareceu que a ABHA possui uma assembleia geral, um conselho fiscal, um conselho de administração e uma diretoria executiva (presidência). Na Diretoria Geral estão alocadas: a assessoria Jurídica e Assessoria de Comunicação, a Gerência Administrativa e a Gerência Técnica (Finalística). Na Gerência Administrativa estão recursos humanos, financeiro, tecnologia da informação, compras, controle interno suporte técnico, patrimônio e secretaria. Na Gerência Técnica (finalística) está a Coordenação de Bacia, responsável pelo planejamento, projetos, secretaria dos CBHs e assessoria de comunicação dos CBHs. Destacou que esta estrutura de Coordenação de Bacia se replica para cada Comitê Interestadual. Apresentou os instrumentos contratuais em curso, quais sejam: Órgão Gestor Minas Gerais - IGAM - contrato de gestão nº 002/2017 (UPGRH PN2), Órgão Gestor Federal ANA - Contrato de gestão nº 006/2012 (CBH Paranaíba) - Termo de Parceria nº 003/2016 (CBH Grande) - Termo de Colaboração nº 01/2017 (CBH Paranapanema), Ministério Público de Minas Gerais - Termo de Compromisso positivo (CBH Araguari). Apresentou Planos de Aplicação, em 4 eixos norteadores que são: Programa de Planejamento e Gestão, Programa de Qualidade de Água, Programa de Impacto na Qualidade de Água e Programa de Atendimento à Demanda Espontânea. No CBH Araguari, para até 2023, há disponível um total de até 50 milhões provenientes da Cobrança, distribuídos nos programas já citados. Em 2018 e 2019, o montante arrecadado no CBH Araguari foi de R\$ 52 milhões. No CBH Paranaíba está disponível mais de 6 milhões, distribuídos entre os Estados da bacia. A Senhora Moema/ABHA informou sobre os projetos em andamento que compõem o Plano Pluri Anual - PPA que são: Sistema de Informação sobre Recursos Hídricos, PROURGA (em fase de contratação), a revisão da Metodologia de Cobrança (em discussão no CBH e na CT), o Enquadramento dos Corpos de Água no Araguari (discutido na CT), o Cadastro de Redes (em negociações entre as instituições), o Estudo sobre a Capacidade de Suporte dos Corpos Receptores (discutido na CT e com os parceiros), o Projeto de Recuperação do Córrego Capão da Erva (Município de Santa Juliana), o Programa Buriti/DEMAI (em Uberlândia), Programa Produtor de Água e o projeto de Recuperação Ambiental do Lixão de Santa Juliana. Os Projetos do Paranaíba são: o Enquadramento, atualização do Plano de Atuação do CBH Santana Aporé, o aprimoramento do Programa Buriti, aprimoramento do Programa Municipal de Coleta Seletiva de Uberlândia, Avaliação Ambiental para Construção de Ferramenta para Planejamento Territorial da BH do rio Samambaia e Revitalização do Canal Santos Dumont. O senhor Thiago/ABHA continuou informando que para uma condição satisfatória de sustentabilidade para uma Agência de Bacia é positivo por que o DF permite que o custeio administrativo seja de 10%, que não os 7,5% que o valor permitido nos comitês federais. Os pontos que o Sr. Thiago entende que precisam ser considerados em relação à sustentabilidade são: i) o potencial de arrecadação versus base arrecadatória; ii) os valores de cobrança; iii) a integração entre bacias hidrográficas; iv) a transferência integral dos recursos arrecadados; v) o financiamento reembolsável; e vi) a destinação para usuários privados. Apresentou os desafios da ABHA: os de ordem administrativo estrutural, os de natureza técnico operacional, os de ordem institucional e os de natureza regulamentar. Por fim, informou que a ABHA foi a primeira delegatária a ter todas as suas contas aprovadas pela ANA.

A Presidente passou a palavra para as considerações da CTPA.

Carlo Renan/CAESB - sobre a sustentabilidade da Agência perguntou por quê os percentuais de sustentabilidade financeira da bacia, algumas vezes são tão altos, à exemplo daquele citado na apresentação que se aproxima de 36%. Pediu que o apresentador falasse sobre as principais dificuldades da Agência. O Thiago respondeu que o maior desafio é o limite imposto pelos 7,5%, tendo em vista que algumas despesas são necessárias e estão alocadas neste percentual, como os administrativos financeiros, internet, aluguel, segurança de comunicação, automação, pessoal administrativo, etc.) e, o pessoal técnico (quanto mais especializado mais cara a hora de trabalho), o custo operacional (veículo, combustível, diária, etc.) também consomem grande parte dos recursos. Sobre a continuidade da ANA e da ABHA, disse entender que existe uma peculiaridade no CBH Paranaíba que foi de propor ao CNRH a sustentabilidade para ter uma Agência, o que foi aprovado pelo CNRH mediante comprovação dos custos, porém não foi atendido pelo CBH Paranaíba. Isto está sendo negociado no momento com boas chances de reversão.

Alba/ADASA - Salientou que o DF possui três CBHs e que já é consenso no CRH/DF que haverá apenas uma Agência para atender os três CBHs/DF. Nesse período houve muita dificuldade por parte da ABHA em executar os projetos. Perguntou se há uma proposta da ABHA para exercer a função de Agência para o Distrito Federal, se houver, como conciliar as dificuldades que a ABHA já enfrenta com os projetos do DF. Ao que o Thiago/ABHA respondeu que no início do atendimento ao CBH Paranaíba a maior dificuldade foi o repasse de recursos que dificultou a execução, não só dos projetos, mas de outras atividades. Posteriormente, foi feito um novo cronograma de trabalho, mediante a decisão administrativa de renovar a área administrativa e técnica da ABHA. Isto resultou positivamente e a partir de então a agência tem melhorado muito sua atuação, e conforme apresentado pela Moema, alguns projetos estão em andamento. Quanto a ABHA ser a Agência para os três CBHs/DF, disse entender ser uma boa opção neste momento e que possui plena capacidade de atender ao DF nesta demanda.

Maria Consolación/CBH Paranaíba/DF - questionou sobre o conceito de sustentabilidade, que deve ser alicerçado não só na sustentabilidade econômica, mas também, social e ambiental. Também falou sobre os desafios de uma gestão, em especial os financeiros, visto que quanto maior a área de abrangência, maior o custo. Pediu que fosse explicado se a ABHA não está dando um passo grande ampliando sua área de atuação, caso englobe a atividade de Agência de Bacias do DF e comprometendo as três sustentabilidades necessárias. Também falou sobre a regionalização, que envolve diminuição de custos efetivos, a exemplo de deslocamento. Mas se a gestão é localizada, este custo com deslocamento é menor. Perguntou sobre visão ampliada, o que significa para a ABHA. Disse entender que visão ampliada passa pela construção de parcerias com quem tem expertise para o assunto, a exemplo de parcerias com universidades, onde os alunos, professores e pesquisadores passam a trabalhar para o parceiro e assim vão desenvolvendo capacidades para atender aos parceiros. Esse é um exemplo de visão ampliada pouco utilizada no Brasil. Ao que o Thiago respondeu concordar com as colocações sobre as parcerias. Disse que o caminho da parceria, especialmente com a academia e sociedade civil, são garantia de sustentabilidade, além das três vertentes já colocadas - econômica, social e ambiental - acrescentou a vertente cultural, que no seu entender, é esta aproximação com estes parceiros. Sobre a parte de sustentabilidade financeira, pediu ao senhor Ronaldo/ABHA que procedesse a apresentação sobre a parte financeira da ABHA.

Ronaldo/ABHA, gerente administrativo financeiro, disse que enquanto secretaria executiva, a ABHA já se mostrou capacitada, do ponto de vista financeiro, a trabalhar com mais comitês, visto que já atende o Araguari, o Paranaíba, o Paranapanema e o Grande. Quanto à capacidade técnica, existe uma diferença como braço executivo, porque é necessário haver uma comunicação estreita entre o CBH no momento da elaboração da proposta a ser executada. Porque o projeto é proposto e quando chega para ser executado é inviável. A parte da execução não foi observada e isso retorna para discussões iniciais. Compete ao comitê apontar o que deseja fazer, sem consultar a agência sobre sua capacidade. Sobre proposta da ABHA em agenciar o DF, disse que não é possível a ABHA apontar proposta conclusiva porque isto demandaria mais informações, com maior precisão, que o DF ainda não tem, a exemplo do volume de arrecadação. Também citou a forma dos três comitês trabalharem não está definida, se trabalharão juntos ou separados. Outra questão é a definição dos valores de PPU a ponto de permitir uma folga financeira. Da mesma forma que o DF colocou um aumento para custeio de sua agência de 10%, perguntou se existe um normativo que ampare isto, e se já há definição nesse regramento do que seja despesa de custeio e despesa finalística. Disse que estes fatores são da maior importância. Outra questão que disse ainda não estar clara, é quanto à forma de secretaria executiva para os três CBHs, se será uma única secretaria para atender aos três ou cada CBH terá sua própria secretaria. Todas estas questões refletem no custo da Agência. Apresentou a síntese dos elementos para a composição de estudos conclusivos. Disse serem necessárias mais informações, visto que não estão colocadas nos apontamentos do DF as despesas com assessoria de comunicação, advocacia, de contabilidade, de serviços gerais e de auditorias independentes. No orçamento simulado pelo DF para a agência de bacia de R\$ 700 mil/ano é possível trabalhar estas questões e ajustá-las. Sobre o relatório feito pelo DF, que apresentou 6 cenários, disse que o cenário 4 é o melhor e traduz em R\$ 6 milhões/ano, onde 10% desse valor corresponde a R\$ 600 mil. O relatório trás uma estimativa do melhor cenário com R\$ 720 mil/ano, sendo uma diferença importante. Disse que o relatório aponta que o dinheiro deve ser aplicado na bacia de origem. Observa-se que a maioria vem do Paranaíba, isto reflete em restrição de trabalho nas demais bacias. Por fim, lembrou que o relatório do DF apresenta um estudo inicial onde a equipe trabalharia com um gestor, um

secretariado, um administrativo financeiro e um técnico (finalístico). A ABHA fez a equiparação destas funções e apresentou um estudo equivalente. Pelos custos do DF, para esta estrutura, seria da ordem de R\$ 513 mil/ano e para a ABHA seria de R\$ 380 mil/ano. Satisfeitas estas questões é possível a ABHA elaborar uma proposta finalista para agência de cobrança do DF.

Thiago/ABHA lembrou que caso venha a trabalhar com o DF, será necessário estabelecer um escritório em Brasília.

Raquel Brostel/ABES/DF-Presidente da CTPA - perguntou se for feito um paralelo com os 6 milhões, que já são arrecadados pelo Paranaíba, considerando que o DF arrecadaria mais ou menos o mesmo valor, como seria a estrutura. Também perguntou como seria possível administrar os projetos, considerando que o DF talvez agregue seis projetos, por exemplo. Ao que o Thiago respondeu que a estimativa do DF prevê uma estrutura mínima. Para que haja viabilidade, a ideia é fazer um escritório para atender as necessidades do DF. A ABHA, como agência delegatária entende que quem demanda e quem cria os parâmetros para as contratações é o comitê de bacía, e quanto mais pulverizado os projetos, mais prejudicial é para os comitês, porque o esforço fica também pulverizado, logo, o custo também fica maior. Por exemplo, quando falamos nos 7 projetos do DF dentro do Paranaíba, apesar de serem menores, podem ser bem mais difíceis, especialmente quando depende de ações de terceiros. Estas questões precisam ser bem alinhadas entre agência e comitê no momento da elaboração e publicação do edital, sempre considerando as demais ações necessárias dentro da Agência.

Raquel Brostel/ABES/DF disse que uma saída para execução de pequenos projetos pode ser as parcerias citadas pela Consolación. Quanto à adequação dos mecanismos de cobrança no DF, no momento, não há possibilidade de isto acontecer, porque foram recentemente estabelecidos pelos Comitês.

Carlo Renan/CAESB salientou que é importante lembrar que os custos de contratação no DF são relativamente maiores, e que aqueles que o DF adotou no estudo foram retirados da tabela SINAPI. Disse que vê com preocupação a centralização das Agências, porque isto tende a elevar os custos com deslocamentos e diminuir a eficácia. Por fim, disse que o relatório não teve a intenção de amarrar a estrutura, o que evidencia a necessidade de adequação. E que a grande preocupação do DF é com a execução dos projetos, de forma atender as necessidades do CBH. Ao que o Thiago/ABHA salientou que, a título de compreensão, é bom lembrar que existe o papel das agenciadoras, que tem a função de nos auxiliar na execução dos projetos, na análise e elaboração de Termos de Referências - TRs, etc. As agenciadoras prestam serviços, permitindo que os custos das agências não ultrapassem os 7,5%. Disse que a questão colocada pelo Renan, da centralização, é vista pela ABHA de forma positiva, por permitir ampliar esforços e aproveitar a expertise de gestão da Agência como um todo.

Alba/ADASA pediu para ouvir outros comitês afluentes que já são atendidos pela ABHA. Reforçou que quanto ao já colocado pelo Renan, sobre a fórmula de cobrança e valores de PPU, a possibilidade é aumentar a arrecadação, melhorando o banco de outorgas. Disse que vê com grande preocupação a pulverização de pequenos projetos, porque o DF já vivenciou esta experiência e não foi positiva.

Vandete/ADASA reforçou a necessidade de trocar experiências com os comitês afluentes. Perguntou se é possível a ABHA disponibilizar o material da reunião, ao que o Thiago respondeu que vai disponibilizar o material e o contato dos comitês que já são atendidos pela Bacía.

Maria Consolación/CBH Paranaíba/DF disse que ainda não entendeu qual o custo da agência. Perguntou quais as parcerias que a ABHA já tem com universidades e centros de pesquisa, em cada CBH. Ao que o Thiago respondeu que as demandas veem dos CBHs e quando elas existem a ABHA trabalha na governança com instituições de ensino, a exemplo da melhoria do cadastro de usuários, que refletiria na emissão da outorga e na arrecadação. Para isto foi feita parceria com a fundação de ensino e com a universidade federal para que eles atuassem na melhoria do cadastro, o que aconteceu. Também estamos trabalhando com o seminário da comunidade científica para captar contribuições de melhoria na gestão dos recursos e na comunicação com a sociedade. Cada caso é diferente e precisa de todo um estudo legal do que pode ser feito. O importante é lembrar que a ABHA está sempre atenta e aberta a este tipo de diálogo. Quanto ao valor de agência, disse que quando a KPMG trouxe os estudos, disse que o mínimo para a construção de uma agência está em torno de 2,3 milhões. No caso da ABHA, a agência já existe, e propõe um escritório local para atender as necessidades do DF. Disse que no Comitê do Araguari foi feita parceria com a Universidade Federal de Uberlândia e com a Fundação de Uberaba. Salientou que

não é possível repassar dinheiro da cobrança, caso as instituições parceiras apresentem projeto. Nestes casos é preciso contratar uma ONG ou empresa para executar o projeto. Isto configura um dificultador nos processos de parceria.

Raquel Brostel/ABES/DF- Presidente da CTPA, em nome da CTPA/CRH agradeceu a participação dos representantes da ABHA, Thiago, Moema e Ronaldo pela colaboração e disponibilidade desta apresentação. Sobre as conversas com os comitês que já são atendidos pela ABHA, disse que precisa ser mais bem estudado pela CTPA.

Thiago/ABHA, em nome do conselho de administração da ABHA agradeceu a todos pela oportunidade. Disse que a conversa foi bastante enriquecedora e que a ABHA trabalha com propósito de contribuir com a gestão, fomentar e evoluir com a questão de agências de bacia.

Encaminhamentos: a próxima reunião da CTPA foi agendada para o dia 12/05/2020, onde será convidada a Agência Peixe Vivo -MG para falar sobre sua atuação como agência de bacia.

Esgotada a pauta a Presidente encerrou a reunião.

RAQUEL DE CARVALHO BROSTEL/ABES/DF

Presidente da CTPA/CRH



Documento assinado eletronicamente por **Raquel de Carvalho Brostel, Usuário Externo**, em 15/06/2020, às 14:39, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **José Francisco Gonçalves Júnior, Usuário Externo**, em 15/06/2020, às 15:45, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **PATRÍCIA VALLS E SILVA - Matr. 0276661-2, Coordenador(a) de Recursos Hídricos**, em 15/06/2020, às 16:44, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **VANDETE INÊS MALDANER - Matr.0273076-6, Assessor(a)**, em 16/06/2020, às 11:05, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador=41790746)
verificador= **41790746** código CRC= **B4B75B5C**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SBN Quadra 2 Lote 9 Bloco K 3º Piso Inferior - Bairro Asa Norte - CEP 70040-020 - DF